

**Discurso do presidente do Sinait, Carlos Silva, em Sessão Solene no dia 10/3/2017, em alusão ao Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho e ao Dia e Semana Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo**

Excelentíssima Senhora Deputada Federal Erika Kokay

Excelentíssima Senhora Deputada Federal Janete Capiberibe

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Bebeto

Ilustríssima Senhora Rosa Maria Campos Jorge, vice-presidente do Sinait e vice-presidente da Confederação Iberoamericana dos Inspetores do Trabalho

Ilustríssima Senhora Roberta de Melo Carvalho, Juíza do Trabalho, Coordenadora do Núcleo Permanente de Incentivo à Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, neste ato representando a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – Anamatra

Ilustríssimo Senhor Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Ilustríssima Senhora Héliida Alves Girão, Auditora-Fiscal do Trabalho e Chefe Substituta da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho – Detrae/SIT

Ilustríssima Senhora Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora do Movimento Auditoria Cidadã no Brasil

Ilustríssimo Senhor Tiago Muniz, procurador do Trabalho, Coordenador Nacional da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho – Conaete.

Boa tarde senhoras e senhores.

Boa tarde colegas Auditores-Fiscais do Trabalho.

Com muita honra e orgulho represento a categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho que nesta Sessão Solene recebe homenagem em razão do Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho e do Dia e Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

A celebração destas datas é 28 de janeiro, instituídas em memória dos colegas assassinados em Unaí, naquele dia, no ano de 2004. Os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, brutalmente mortos em emboscada durante uma ação fiscal, tornaram-se um símbolo de resistência à violência contra a categoria e à exploração de trabalhadores. Serão sempre lembrados por sua dedicação e coragem, que nos incentiva e impulsiona a seguir lutando, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

Somos merecedores de um dia especial de homenagens. Manter a Inspeção do Trabalho funcionando dignamente, continuar desempenhando nossas funções sob condições adversas e ataques às nossas competências não tem sido uma tarefa simples.

Atualmente, dos 3.644 cargos da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, 1.182 estão vagos. Os 2.462 Auditores-Fiscais em atividade desdobram-se para bem atender as demandas e necessidades de todos os trabalhadores e cumprir o papel importantíssimo da fiscalização.

Fazem isso em respeito ao trabalhador que deposita sua confiança em nós e nos reconhece como defensores de seus direitos. Isso aumenta muito a nossa responsabilidade. Também nos incentiva a lutar por melhores condições de trabalho e contra as ameaças de retrocessos que poderão piorar muito a vida de todos nós, trabalhadores do serviço público ou da iniciativa privada. Não tenhamos dúvidas: todos seremos afetados pelas reformas propostas pelo governo.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, do qual sou o atual presidente, “mata um leão por dia”. Ou mais.

Lida com o Executivo nas questões internas da carreira, por melhores condições de trabalho e valorização dos Auditores-Fiscais. Só uma carreira forte tem condições de se impor e exigir respeito do governo, da sociedade e dos infratores da Lei.

Lida com o Legislativo, ora buscando aprovar medidas que fortaleçam a Auditoria Fiscal do Trabalho e signifiquem conquistas para os servidores públicos e trabalhadores em geral; ora agindo para barrar as proposições que retiram competências da fiscalização ou reduzem direitos conquistados a duras penas.

Lida com o Judiciário em ações judiciais que pretendem reparar injustiças.

Todas estas lides enfrentam poderosos opositores, representantes dos interesses do grande capital que, a todo tempo, buscam subjugar a classe trabalhadora. Os servidores públicos continuam sendo bodes expiatórios, responsabilizados pelo alegado desequilíbrio de contas.

Algumas questões são particularmente mais difíceis e sensíveis, como o escandaloso movimento para enfraquecer o combate ao trabalho escravo no país. A suspensão da divulgação da Lista Suja pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2014 foi o primeiro grande ataque, que continua sendo perpetrado pelo próprio Ministério do Trabalho.

Liberado em maio de 2016 pelo próprio Supremo para voltar a divulgar o melhor instrumento intimidatório aos neoescravagistas, até hoje o Governo não o fez.

Instado a fazê-lo por determinação da Justiça do Trabalho, recorreu até conseguir pelas mãos do Tribunal Superior do Trabalho a suspensão da liminar.

Para o Sinait, a alegação de insegurança jurídica ou ausência de regras claras para a inclusão dos infratores na Lista Suja não procedem. Constitui-se atitude submissa, que cede à pressão de grupos econômicos, da bancada ruralista que tenta, a todo custo, modificar, para pior, o conceito de trabalho análogo ao escravo inscrito no artigo 149 do Código Penal e enfraquecer a fiscalização do Trabalho.

Em quase 22 anos de atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, os Auditores-Fiscais do Trabalho e parceiros, até o final de 2016, realizaram 2.033 ações de combate ao trabalho escravo no campo e na cidade. Foram libertados 50.821 trabalhadores de condições degradantes de trabalho, sob jornadas exaustivas, com privação de liberdade ou aprisionados por dívidas impagáveis.

Há farta documentação, registros fotográficos e vídeos que comprovam a humilhação dessas pessoas simples, sem opção, sem informação, que se submetem às mais aviltantes condições e, muitas vezes, sequer têm a noção de estarem sendo exploradas. As histórias de sofrimento e dor se repetem a cada ação fiscal, marcando a vida dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Essa atuação e a busca constante por soluções tornou possível a criação do Seguro-Desemprego Especial para o Trabalhador Resgatado, da Lista Suja e, mais recentemente, do Movimento Ação Integrada. Por insistência, por tanto repetir e afirmar a existência desta atrocidade, deu visibilidade ao problema e incomodou muita gente. Forçou a criação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – a Conatrae, e reuniu os parceiros que hoje se constituem os baluartes desta luta. Não recuamos, não recuaremos. A luta segue em frente, enfrentando e abatendo os opositores, vencendo os desafios.

Mas tudo isso, toda a respeitabilidade dentro e fora do país, não é suficiente para que o governo brasileiro nos dê as condições de progredir e, de fato, erradicar o trabalho escravo no Brasil. As equipes do Grupo Móvel foram reduzidas. O número de fiscalizações e resgates cai a cada ano, não porque a escravidão

esteja acabando, mas porque a capacidade de atender às denúncias vem diminuindo.

O cenário continua muito grave, expandindo-se para o meio urbano, onde os setores da confecção e da construção civil se sobressaem. Não só os trabalhadores nacionais são explorados. Nas oficinas de costura de São Paulo e pastelarias do Rio de Janeiro os estrangeiros são as principais vítimas. O perfil se modifica, mas a perversidade continua a mesma.

É impossível não se indignar com o sucateamento deliberado que o governo tem imposto à Fiscalização do Trabalho, e à própria estrutura do Ministério do Trabalho que, lamentavelmente, perdeu seu papel de protagonista na mediação das relações de trabalho.

Se o governo tivesse a intenção de fortalecer a Inspeção do Trabalho para diminuir o número de acidentes de trabalho (mais de 700 mil todos os anos), para reduzir a informalidade (o Brasil tem hoje mais de 16 milhões de empregados sem Carteira de Trabalho assinada e metade da população ocupada na informalidade), para acabar com o trabalho infantil e a sonegação do FGTS, entre tantas outras atividades, realizaria concurso público, preencheria o um terço de cargos vagos na carreira, dotaria as superintendências de condições dignas de funcionamento e reconheceria a necessidade intrínseca de conferir autonomia institucional à Secretaria de Inspeção do Trabalho, para assim afastar todas e quaisquer tentativas de ingerências políticas na atividade dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

O saco de maldades foi aberto. Escancarado. Dele saíram, em destaque, as reformas trabalhista e previdenciária, pela tentativa de revogação de Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, pela imposição da flexibilização da jornada de trabalho e da terceirização sem limites, além do negociado sobre o legislado, que criará uma lei para cada empresa.

São muitas as formas de minar o alcance da Fiscalização do Trabalho para punir empresários infratores da legislação

trabalhista. Estamos combatendo todas, reagindo a todas. Contamos com os parlamentares que reconhecem nossa importância e o papel estratégico de promoção do equilíbrio nas relações de trabalho e emprego.

A homenagem nesta Sessão Solene é muito lisonjeira, merecida, comemorada. Mas é também uma tribuna para denunciar a enxurrada de ataques dos quais somos alvo, ao lado dos trabalhadores brasileiros, já tão sofridos.

Somente a união de forças será capaz de barrar os retrocessos e perversidades que se pretendem implantar. Somente cidadãos conscientizados serão capazes de mudar o perfil do Poder Legislativo, elegendo parlamentares verdadeiramente comprometidos com a melhoria da vida da população. Enquanto prevalecerem os interesses particulares, estaremos reféns de medidas que só favorecem o poder econômico, deixando o povo à míngua.

Não vamos nos calar, não vamos nos intimidar. Não chegamos até onde estamos sendo submissos. A altivez é uma marca dos Auditores-Fiscais do Trabalho. A dignidade é nossa companheira. E seguiremos assim, incomodando a quem não cumpre a lei, a quem subjuga o trabalhador. É essa a nossa missão!

Muito obrigado.